



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

HELLEN RAQUEL FERREIRA DE AMORIM

**EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE SOBRE A EDUCAÇÃO
INCLUSIVA DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN**

SOUSA

2024

HELLEN RAQUEL FERREIRA DE AMORIM

**EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE SOBRE A EDUCAÇÃO
INCLUSIVA DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN**

Trabalho desenvolvido na Universidade Federal de Campina Grande da Paraíba como requisito para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dr^a. Juliana e Silva de Oliveira.

SOUSA

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

A524e Amorim, Hellen Raquel Ferreira de.
Educação e Serviço Social: uma análise sobre educação inclusiva de crianças com síndrome de down / Hellen Raquel Ferreira de Amorim - Sousa, 2024.

58 fls. il. Col.

Monografia (Bacharelado em Serviço Social) – Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, 2024.

Orientadora: Profa. Ma. Juliana Silva Santos

1. Educação inclusiva. 2. Síndrome de down. 3. Serviço social.
4. Crianças down. I. Título.

Biblioteca CCJS - UFCG

CDU 376:36 (043.1)

HELLEN RAQUEL FERREIRA DE AMORIM

**EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE SOBRE A EDUCAÇÃO
INCLUSIVA DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN**

Trabalho desenvolvido na Universidade Federal de Campina Grande da Paraíba como requisito para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dr^a. Juliana e Silva de Oliveira.

Data de aprovação: 13/05/2024

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dr^a. Juliana e Silva de Oliveira (UFCG).

Profa. M.a Franciele da Silva Santos (UFCG)

Examinadora

Profa. Dr^a Maria Clariça Ribeiro Guimarães (UFCG)

Examinadora

A inclusão acontece quando se aprende com as
diferenças e não com as igualdades.

- Paulo Freire

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, expresso minha gratidão à Profa. Dr^a. Juliana Silva e Santos, cuja orientação e apoio foram fundamentais para a realização deste trabalho. Sua paciência, conhecimento e incentivo contribuíram em todas as fases deste trabalho. Estendo meus agradecimentos a todos os professores do departamento que, com seus ensinamentos e experiências, enriqueceram minha jornada acadêmica, proporcionando bases sólidas para minha formação.

Um agradecimento especial à Universidade Federal de Campina Grande, instituição que me acolheu em seus corredores e ofereceu as ferramentas e o ambiente necessário para o meu crescimento profissional e pessoal.

Ainda, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a concretização deste estudo. Com grande importância agradeço a meu pai, que esteve comigo em toda essa jornada e que sempre me apoiou em todos os momentos, mesmo com todas as dificuldades. Cada palavra de incentivo e cada gesto de apoio foram importantes para a superação dos desafios enfrentados durante esta etapa da minha vida acadêmica.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo geral compreender as dificuldades enfrentadas pelas crianças portadoras da síndrome de Down no acesso à educação inclusiva, bem como elucidar o papel do serviço social neste contexto. Inicialmente, o estudo abordou a natureza da Síndrome de Down, enfatizando que esta condição genética, caracterizada por um cromossomo extra no par 21, requer uma abordagem específica que se pauta pelo reconhecimento de necessidades particulares no desenvolvimento físico e cognitivo. A pesquisa destacou também a importância da aceitação familiar e escolar destas crianças, que frequentemente enfrentam múltiplas patologias associadas à síndrome, bem como discorreu sobre a diferença entre os conceitos de inclusão e integração de alunos com Síndrome de Down nas escolas, ressaltando a necessidade de adaptações no ambiente educacional para promover um sistema verdadeiramente inclusivo. Foram detalhados os conceitos e princípios da educação inclusiva, bem como as estratégias pedagógicas adequadas, que incluem a adaptação de conteúdos e o uso de recursos visuais para otimizar o aprendizado destes alunos. Na segunda parte do estudo, foi analisado o papel do serviço social dentro das escolas, onde o assistente social atua como um facilitador na implementação de políticas de educação inclusiva e na mediação entre escola, família e comunidade. A revisão das políticas nacionais de educação inclusiva evidenciou os avanços e os desafios persistentes que requerem uma atuação proativa dos profissionais para assegurar a inclusão efetiva dos alunos com Síndrome de Down. Neste contexto, as considerações finais reiteraram que a educação inclusiva de crianças com Síndrome de Down é uma oportunidade para reafirmar os valores de equidade e justiça social no ambiente educacional, pois, o trabalho reconheceu que, apesar dos avanços legislativos e metodológicos, ainda existem importantes barreiras que impedem a plena inclusão dessas crianças no sistema educacional brasileiro, apontando para a necessidade contínua de pesquisa, capacitação profissional e revisão das práticas educativas e políticas públicas.

Palavras-chave: Inclusão escolar; Políticas públicas; Desenvolvimento infantil; Suporte social.

ABSTRACT

The present study aims to generally understand the difficulties faced by children with Down syndrome in accessing inclusive education, as well as to elucidate the role of social services in this context. Initially, the study addressed the nature of Down syndrome, emphasizing that this genetic condition, characterized by an extra chromosome in pair 21, requires a specific approach that is based on the recognition of particular needs in physical and cognitive development. The research also highlighted the importance of family and school acceptance of these children, who often face multiple pathologies associated with the syndrome, and discussed the difference between the concepts of inclusion and integration of students with Down syndrome in schools, emphasizing the need for adaptations in the educational environment to promote a truly inclusive system. The concepts and principles of inclusive education were detailed, as well as appropriate pedagogical strategies, which include the adaptation of content and the use of visual resources to optimize the learning of these students. In the second part of the study, the role of social services within schools was analyzed, where the social worker acts as a facilitator in the implementation of inclusive education policies and in mediating between school, family, and community. The review of national inclusive education policies showed progress and persistent challenges that require proactive action by professionals to ensure the effective inclusion of students with Down syndrome. In this context, the final considerations reiterated that the inclusive education of children with Down syndrome is an opportunity to reaffirm the values of equity and social justice in the educational environment, as the work recognized that despite legislative and methodological advances, there are still significant barriers that prevent the full inclusion of these children in the Brazilian educational system, pointing to the continuous need for research, professional training, and revision of educational practices and public policies.

Keywords: School inclusion; Public policies; Child development; Social support.

LISTA DE FIGURA

Figura 1: Exclusão, segregação, integração e inclusão.....	19
---	----

LISTA DE QUADRO

Quadro 1: Estratégias de ensino.....	27
Quadro 2: Políticas de Educação Inclusiva no Brasil.....	36

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN.....	14
2.1 O PROCESSO DE INCLUSÃO x INTEGRAÇÃO DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN NA ESCOLA.....	14
2.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONCEITOS E PRINCÍPIOS.....	22
2.3 ESTRATÉGIAS DE ENSINO PARA CRIANÇAS COM SINDROME DE DOWN	26
3 O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	35
3.1 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL.....	35
3.2 ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	45
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS.....	53

1 INTRODUÇÃO

Inicialmente é necessário pontuar que a Síndrome de Down se caracteriza enquanto uma condição, logo não se trata de colocá-la na perspectiva de doença x cura. As pessoas que se encontram nessa condição demandam mais atenção e cuidados, já que existem particularidades no seu desenvolvimento físico e cognitivo que são associados a portabilidade desta síndrome.

A síndrome de Down é caracterizada pela alteração no cromossomo 21, deixando o indivíduo portador da síndrome com 47 cromossomos, onde o cromossomo extra encontra-se ligado ao par 21. O diagnóstico é realizado por um médico que irá analisar principalmente a condição física do indivíduo, levando em consideração a presença das características físicas mais comuns à condição, que segundo a Biblioteca virtual de saúde do Ministério da Saúde (BRASIL, 2006) são “cabelo liso e fino, olhos com linha ascendente e dobras da pele nos cantos internos [...], nariz pequeno e um pouco "achatado", rosto redondo, orelhas pequenas, baixa estatura, pescoço curto e grosso, flacidez muscular, [...], prega palmar única”.

Diante disso, o médico solicita a realização de um exame clínico, que é um estudo do cromossomo (exame do cariótipo), onde pode ser confirmado a presença do cromossomo extra, e, portanto, a condição de portador da síndrome de Down.

Além destes sinais clínicos, é comum que os portadores da síndrome também tenham patologias associadas à sua condição, assim, muitas crianças que possuem essa condição são cardiopatas, possuem alterações na visão, alterações no aparelho auditivo, hipotireoidismo, instabilidade nas articulações entre outras condições que dificultam o seu desenvolvimento e interação social (BRASIL, 2006).

Em determinados casos, os familiares possuem dificuldades em aceitar essa condição, dificuldades essas que, por vezes, ampliam-se no contexto educacional, pois as crianças com essa condição precisam de um acompanhamento especial, seja no convívio familiar ou em sala de aula, assim como necessitam estar em um ambiente seguro e acolhedor, o que impacta diretamente no desenvolvimento da criança.

Atualmente, grande parte das escolas apresenta disponibilidade em aceitar crianças portadoras da síndrome, porém, diante da ainda precariedade com que é tratada a questão, os professores, e a comunidade escolar em geral, possuem dificuldades para desenvolver atividades com essas crianças, expondo a

necessidade de capacitação dos profissionais, assim como a necessidade de ter equipes multidisciplinares para acolher essas crianças dentro do ambiente escolar, facilitando o seu processo de desenvolvimento.

Nessa reflexão, é importante ressaltar a lei nº 13.935/2019 que determina ao Poder Público que assegure o atendimento psicológico e socioassistencial aos alunos da rede pública de educação básica. A norma é fruto do PLC 60/2007 (PL 3.688/2000, na Câmara), aprovado pelo Congresso em setembro de 2019, o qual prevê que a rede básica de educação necessita ter serviços de psicologia e serviço social para o atendimento das necessidades definidas pela política da educação.

Em meio a esse processo de educação inclusiva, a equipe multidisciplinar torna-se uma alternativa para promover apoio a escolarização dos alunos, além de ser suporte para a relação estabelecida entre a família e a escola, fortalecendo os vínculos que corroboram com o desenvolvimento dos alunos.

Diante disso, a importância do/a assistente social dentro das escolas contribui no processo de aprendizado e de formação social de cada estudante, bem como trabalha a convivência escolar e relação família/escola, integrando-se junto às equipes multidisciplinares de profissionais da educação. O/A assistente social na educação inclusiva é essencial, visto que é uma profissão que pode facilitar a construção de mudanças dentro da escola, contribuindo para a ampliação dos conhecimentos e interesses familiares, comunidade acadêmica e até mesmo o próprio alunado.

Ademais, ainda temos a lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que determina a inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência). Em seu 27º artigo dispõe do direito a educação para pessoas portadoras de deficiência, objetivando uma educação “em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem”. (BRASIL, 2015, p.12).

Porém, infelizmente as escolas de ensino básico, vivenciam algo controverso às normativas vigentes. Essas instituições atuam de forma precária em relação à atenção de crianças com necessidades diversas, dispendo de uma equipe multidisciplinar bastante restrita, com a ausência de assistentes sociais.

De acordo com Verríssimo (2021) os alunos diagnosticados como portadores da síndrome de Down necessitam de apoio familiar e da comunidade acadêmica

para que seu processo de aprendizagem evolua de forma positiva, desenvolvendo capacidades que antes esses indivíduos não tinham, possibilitando avanços significativos e melhores condições de socialização.

A reflexão acerca da inclusão das crianças portadoras da síndrome de Down nas escolas é necessária, já que mesmo com os avanços nas terapias e nas formas de tratamento, ainda encontramos um número reduzido de crianças inseridas no ambiente escolar.

Porém, existem vários obstáculos na nossa sociedade e para isso é necessário pontuar alguns questionamentos: qual a importância da equipe multiprofissional nas escolas? Qual o papel do/a assistente social nas escolas? Qual a importância da inclusão das crianças com síndrome de Down na educação? Qual a importância de um acompanhamento do assistente social nessa inclusão, já que é previsto na Lei nº 13.935/2019, a qual determina que o Poder Público assegure o atendimento psicológico e socioassistencial aos alunos da rede pública de educação básica.

Desta forma, o presente trabalho, busca compreender as dificuldades enfrentadas pelas crianças portadoras da síndrome de Down no acesso à educação inclusiva, bem como elucidar o papel do serviço social neste contexto. Desde o início de sua trajetória acadêmica, a autora deste TCC possui grande interesse em estudar crianças com síndrome de Down, que é fruto de seu engajamento e experiência no contexto educacional voltado para necessidades especiais. Motivada por um interesse de compreender melhor e contribuir para o desenvolvimento dessas crianças, dedicou-se objetivando aprofundar os conhecimentos na temática.

Sendo assim, esta pesquisa está estruturada em três partes principais que abrangem desde conceitos teóricos até práticas aplicadas. Inicialmente, explora-se a distinção entre os processos de inclusão e integração dessas crianças no ambiente escolar, destacando as implicações práticas dessas abordagens. Em seguida, são elucidados os princípios fundamentais da educação inclusiva, seguidos de uma análise das metodologias de ensino adequadas para atender às necessidades específicas das crianças com Síndrome de Down.

A segunda parte do estudo enfoca o papel do serviço social dentro do sistema educacional inclusivo. Detalha-se a intervenção do assistente social, enfatizando sua importância no suporte à implementação de práticas inclusivas. É realizada ainda

uma revisão das políticas nacionais de educação inclusiva, destacando os marcos legais e regulatórios que orientam a atuação dos profissionais da área.

No que se refere ao método, conforme caracteriza Neto (2017), do ponto de vista dos objetivos desta pesquisa, esse trabalho trata de uma pesquisa exploratória, isto é, seu objetivo é proporcionar maior familiaridade com o problema, tornar-se explícito ou construir hipóteses com seu respeito, ou causar aprimoramento do tema. As informações são geralmente qualitativas e não há possibilidade de outros tipos de dados, em que o pesquisador interage diretamente com o objeto de estudo, alterando-o (TONETTO; BRUST-RENCK; STEIN, 2014). Pela perspectiva de abordagem, é uma pesquisa qualitativa, ou seja, análises de dados indutivamente.

Em relação ao tipo de pesquisa, caracteriza-se enquanto uma Revisão Bibliográfica. É o método que fornece um conjunto de dados científicos em larga escala em um domínio do conhecimento, permitindo que os pesquisadores estabeleçam conexões intelectuais no campo pesquisado, indicando as principais tendências (LAKATOS; MARCONI, 2015). A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida através de artigos científicos, livros e jurisprudência. Dessa forma, visando explicar as questões que permeiam essa temática serão utilizado autores que versam sobre: educação inclusiva, síndrome de Down e atuação profissional do serviço social em escolas, como Marrie Clair Sekkel, Roberta Nascimento Antunes Silva, Relma Urel Carneiro, Sarita Amaro e etc.

A pesquisa foi realizada através de publicações em forma de materiais encontrados nas bases de dados Portal de Periódicos da CAPES, Google Acadêmico e Scielo, utilizando as seguintes palavras-chave: “Educação Inclusiva”, “Serviço Social” e “Síndrome de Down”. Os artigos foram selecionados de acordo com o tema principal e a adequação deles ao foco da pesquisa; não há restrição quanto ao idioma; sem objeção ao tipo da pesquisa, desde que o seu tema se adequasse ao presente trabalho. Os critérios de exclusão envolveram os trabalhos que se repetiam, artigos noticiosos, textos em resenhas, artigos não indexados, opiniões, editoriais ou manuais.

O trabalho aborda os desafios e oportunidades da educação inclusiva de crianças com Síndrome de Down no sistema educacional brasileiro, destacando a necessidade de adaptação do ambiente escolar para atender especificamente a estas crianças. O texto ainda ressalta a importância da colaboração entre educação e serviço social para a promoção de um ambiente educacional justo e inclusivo,

apontando para a necessidade contínua de melhorias nas práticas pedagógicas e políticas públicas.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN

Este capítulo está dedicado à educação inclusiva da criança com Síndrome de Down, abordando inicialmente o processo de inclusão em contraposição à integração dessas crianças no ambiente escolar. As diferenças fundamentais entre esses dois conceitos são apresentadas, destacando como a inclusão efetiva vai além da mera presença física na sala de aula, englobando a participação ativa e o acesso às mesmas oportunidades de aprendizado que são oferecidas aos demais alunos.

Segue-se uma análise sobre os conceitos e princípios da educação inclusiva, explorando a legislação vigente e as diretrizes internacionais que orientam as práticas educativas inclusivas, enfatizando a importância de um sistema educacional que se adapte às necessidades de todos os alunos, garantindo a acessibilidade física e pedagógica.

Posteriormente, o capítulo apresenta as estratégias de ensino específicas para crianças com Síndrome de Down. Igualmente, discute-se uma variedade de metodologias e recursos didáticos que podem facilitar o processo de aprendizagem, ressaltando a necessidade de uma abordagem individualizada que considere as particularidades cognitivas e comportamentais desses alunos. A discussão inclui exemplos práticos de intervenções pedagógicas e a importância do suporte multidisciplinar na educação dessas crianças, visando a sua plena integração acadêmica e social.

2.1 O PROCESSO DE INCLUSÃO x INTEGRAÇÃO DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN NA ESCOLA

Quando uma criança é diagnosticada como portadora da síndrome de Down, surge a necessidade de que seus pais ou responsáveis se adaptem para atender às suas especificidades, uma vez que esses indivíduos demandam uma quantidade maior de atenção e cuidados diferenciados. Essa exigência se estende por todas as áreas da vida da criança, incluindo a educação, setor no qual os profissionais envolvidos devem possuir capacitações especializadas para lidar com tais

necessidades, sendo importante para que possam oferecer um suporte adequado e eficaz, garantindo assim um desenvolvimento integral (FARIA; GOMES, 2022).

Para Neto *et al.* (2018), historicamente, a trajetória educacional de pessoas com deficiências é marcada por práticas de exclusão, visto que, durante longos períodos, foi comum que esses indivíduos fossem institucionalizados, ou seja, viviam isolados do convívio social e eram educados separadamente das crianças sem deficiências. Este modelo segregacionista se manifestava frequentemente na forma de salas de aula ou escolas dedicadas exclusivamente a alunos com determinados tipos de deficiências, prática que reforçava a marginalização desses grupos em relação à sociedade mais ampla.

A pesquisa de Mori e Sander (2015) indica que tais práticas foram normativas e indicam um contexto de profunda segregação que apenas recentemente começou a ser desafiado e modificado por novos paradigmas educacionais e legislações inclusivas. Essas mudanças visam integrar todos os alunos em um ambiente de aprendizado comum, onde a inclusão se destaca como um valor educacional fundamental.

Este modelo de segregação pode ser contextualizado a partir das análises de autores como Foucault, que em suas obras discute o conceito de institucionalização como uma forma de exercício de poder e controle social. Foucault argumenta que as instituições, sejam elas prisionais, psiquiátricas ou educacionais, servem para manter certas normas sociais ao excluir e isolar aqueles que são vistos como diferentes ou desviantes (FOUCAULT, 1987).

No contexto educacional, a segregação de pessoas com deficiência espelha uma longa tradição de perspectivas e práticas que as consideravam incapazes de contribuir para a sociedade. Este paradigma, enraizado nas estruturas educacionais e sociais, começou a ser questionado de maneira mais intensa apenas na segunda metade do século XX, período em que as discussões sobre direitos humanos e inclusão ganharam destaque. A partir desses debates, emergiu um crescente reconhecimento da necessidade de transformar as práticas educacionais para promover a inclusão de todos os alunos, independentemente de suas condições físicas ou intelectuais (FIGUEIRA, 2021).

Um marco nessa transformação foi a Declaração de Salamanca, formulada em 1994, que estabeleceu princípios revolucionários para a educação de pessoas com necessidades especiais. Essa declaração enfatizou que crianças com

necessidades especiais deveriam ter acesso ao ensino regular, propondo que o sistema educacional se ajuste para atender às necessidades desses alunos, em vez de forçá-los a se adaptar às estruturas educacionais existentes, dessa forma, representando um avanço importante em direção à inclusão, destacando que a segregação institucionalizada é uma forma de discriminação (BREITENBACH; HONNEF; COSTAS, 2016).

A influência da Declaração de Salamanca se estendeu globalmente, inspirando políticas educacionais que priorizam a integração e a igualdade de oportunidades. Segundo Breitenbach, Honnef e Costas (2016), esse movimento global pela inclusão tem redefinido o papel da educação na vida de pessoas com deficiência, incentivando uma abordagem mais integrada que beneficia os indivíduos com necessidades especiais e toda a comunidade educacional.

Assim, as mudanças iniciadas na segunda metade do século XX continuam a influenciar e remodelar as práticas educacionais, promovendo uma sociedade mais inclusiva e justa. Contudo, somente no capítulo seguinte será realizada uma análise da legislação brasileira pertinente ao assunto, onde será discutido as normas vigentes e suas implicações.

Acreditava-se que a inserção desses indivíduos em sociedade só seria possível através de um processo de normatização. Assim, as escolas tinham por objetivo a normalização do sujeito, a fim de que pudesse assemelhar o máximo possível com os outros indivíduos (FERRARI; SEKKEL; CARNEIRO, 2012). Nas palavras dos autores:

Essa meta, além de negar a condição de diferença e estabelecer parâmetros homogêneos de desenvolvimento, como se isso fosse possível, descaracterizou o papel da escola. De instituição responsável pela formação das novas gerações, difundindo o conhecimento elaborado pela humanidade ao longo do tempo, passou a ter como foco principal, e na maioria das vezes, único, a modificação do aluno com deficiência através da reabilitação de funções ou da habilitação para o desempenho de funções inexistentes em virtude da deficiência (FERRARI; SEKKEL; CARNEIRO, 2012, p. 83).

Conforme ressaltado por Morin (2011, p. 49-50), a educação do futuro deve assegurar que a compreensão da unidade da espécie humana não obscureça a importância da diversidade e que, de modo complementar, a percepção desta diversidade não minimize a noção de unidade. Nas palavras dos autores “cabe à

educação do futuro cuidar para que a ideia de unidade da espécie humana não apague a ideia de diversidade, e que a da sua diversidade não apague a da unidade”. Assim, a diversidade não está detida apenas nos traços biológicos, mas na singularidade de cada indivíduo, levando em consideração particularidades culturais, psicológicas e sociais do ser humano.

Essa dualidade destaca que a diversidade humana não se restringe apenas aos aspectos biológicos, mas também engloba as singularidades de cada indivíduo, considerando as dimensões culturais, psicológicas e sociais que caracterizam cada pessoa. Este entendimento é fundamental para o desenvolvimento de práticas educacionais que verdadeiramente respeitem e valorizem as diferenças individuais dentro de um contexto de igualdade e inclusão.

Um estudo realizado pelo G1 em parceria com a Universidade de São Paulo - USP (2014) revelou que alunos com síndrome de Down enfrentam barreiras de inclusão no sistema básico de ensino. A pesquisa evidenciou que existe um preconceito por parte de alguns professores em relação a esses alunos, levando-os a concentrar-se predominantemente nas deficiências, ao invés de reconhecerem as capacidades de aprendizagem desses estudantes. Esse tipo de atitude contribui para uma subestimação das habilidades dos alunos, resultando, em alguns casos, em processos de desprezo mesmo dentro de iniciativas que se propõem a ser inclusivas.

Tais práticas educacionais, que focam apenas nas limitações ao invés do potencial, perpetuam a exclusão e reforçam estereótipos negativos, comprometendo o desenvolvimento integral dos estudantes e contrariando os princípios de igualdade e respeito à diversidade. A necessidade de capacitação contínua dos educadores é clara, pois é preciso que os mesmos estejam preparados para implementar métodos de ensino que acomodem e valorizem a diversidade dentro da sala de aula.

É padrão a definição de “inclusão social” como sendo “o processo mais aperfeiçoado da convivência de alguém, tido como diferente, com os demais membros da sociedade, tidos como supostamente iguais. Neste caso, a sociedade se prepara e se modifica para receber a pessoa portadora de deficiência, em todas as áreas do processo social (educação, saúde, trabalho, assistência social, acessibilidade, lazer, esporte e cultura)” (BRASIL, 2017, p. 2).

Diante deste panorama, é válido apresentar alguns conceitos básicos relacionados a essa discussão. Segundo Mendes (2017), a inclusão é concebida

como a capacidade de apoiar a educação acessível a todas as crianças, configurando-se enquanto um ideal que transforma a escola em um ambiente acolhedor, desprovido de preconceitos e aberto à diversidade. Este conceito envolve a criação de oportunidades equitativas para que todos os estudantes possam exercer plenamente o direito à educação e ao desenvolvimento pessoal, respeitando suas particularidades e contribuições individuais.

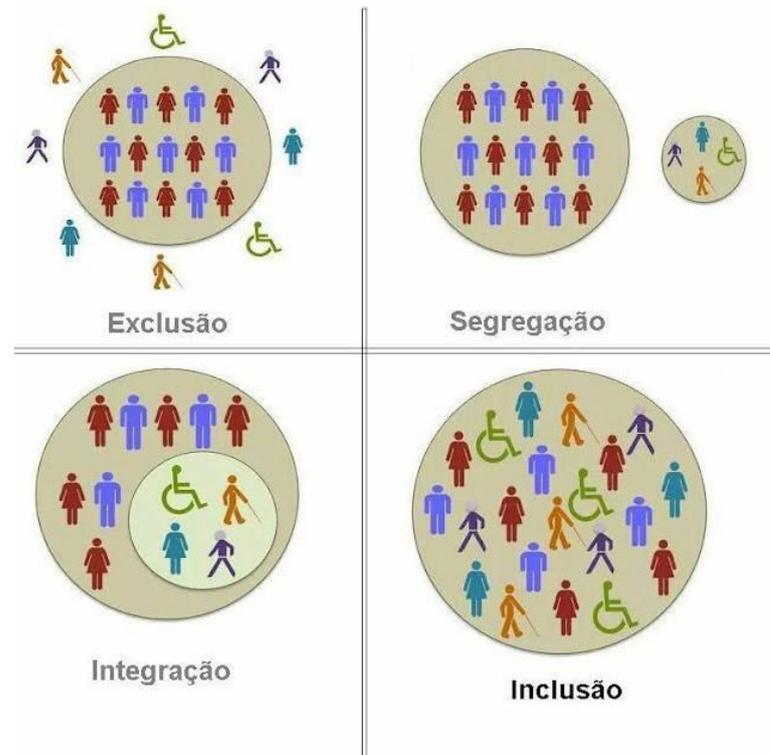
Em contraste, o processo de segregação se manifesta pela dissociação e pelo crescente distanciamento entre diferentes grupos de indivíduos, que gradativamente perdem o contato uns com os outros, muitas vezes resultando em desigualdades sociais e educacionais (FRANÇA; MARTINS, 2019).

Por outro lado, a integração tenta inserir indivíduos em grupos ou contextos sociais mais amplos, seguindo padrões e normas gerais que nem sempre levam em conta as necessidades específicas ou os desejos de cada pessoa. Embora a integração busque acomodar indivíduos em um contexto comum, ela pode, paradoxalmente, não atender plenamente às demandas de todos, especialmente daqueles com características ou necessidades particulares, como pessoas com deficiências, que podem requerer abordagens mais adaptadas e personalizadas (MADRUGA, 2021).

Adicionalmente, o processo de exclusão é caracterizado pelo afastamento e marginalização de certos grupos, sejam eles definidos por critérios étnicos, raciais, religiosos, sociais ou econômicos, podendo ocorrer tanto em ambientes educacionais quanto em outros contextos sociais, restringindo o acesso desses grupos a oportunidades fundamentais para seu desenvolvimento e participação social efetiva (ANTUNES, 2016).

Assim, com o objetivo de ilustrar essa discussão, destaca-se a Figura 1 para uma melhor compreensão dos conceitos de inclusão, segregação, exclusão e integração.

Figura 1: Exclusão, segregação, integração e inclusão



Fonte: APARS (2016).

Para tanto, a concepção de educação inclusiva, pressupõe que as escolas busquem caminhos para se reorganizar e se adaptar para que seja possível atender todos os alunos de acordo com suas necessidades, acolhendo, respeitando e acima de tudo cumprido seu papel social na construção de uma sociedade justa e democrática.

A Educação Inclusiva é a transformação para uma sociedade inclusiva, um processo em que se amplia a participação de todos os alunos nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas, de modo que estas respondam à diversidade dos alunos. É uma abordagem humanística, democrática, que percebe o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos (NETO *et al.*, 2018, p.86).

Em se tratando de alunos com deficiência, é necessário compreender que o processo de aprendizagem é possível dentro da sala de aula regular, dessa forma, é possível modificar o movimento excludente que caracteriza esses alunos como incapazes de conviver e aprender com os demais estudantes.

Entendemos que a inclusão escolar é um desafio, uma vez que provoca uma qualificação no processo educativo, e deve possibilitar o direito de

todos os alunos, sejam especiais ou não, de exercerem e de usufruírem de uma educação de qualidade, pois qualquer tentativa de inclusão deve ser analisada e avaliada em seus mais diversos aspectos, a fim de termos a garantia de que esta será a melhor opção para o indivíduo que apresenta necessidades especiais (SOUZA *et al.*, 2012, p. 72).

A carta magna de 1988, em seu artigo 205, assegura que todos tenham direito a educação de qualidade visando o seu pleno desenvolvimento e no artigo 206, inciso primeiro, é colocado o princípio de igualdade e condições de acesso a permanência (BRASIL, 2004). Entretanto, a maioria das escolas brasileiras não dispõem de condições materiais e suporte técnico para atender crianças com necessidades especiais, de modo que, é necessário que a escolas tenham a educação especial como uma modalidade de ensino, visando promover o desenvolvimento dos alunos portadores de deficiência.

Dessa forma, o processo de aprendizagem é possível dentro da sala de aula regular, sendo necessário modificar o pensamento excludente de que os alunos com deficiência não são capazes de conviver e aprender com os demais estudantes. A escola, por possuir um papel importante na vida dos alunos, proporciona desenvolvimento cultural, intelectual, social e físico. “À ela é atribuída inúmeras funções na vida do indivíduo, como responsável pela educação formal, na promoção de valores sociais e culturais indispensáveis à formação do cidadão.” (NETO *et al.*, 2018, p. 87).

A Política Nacional de Educação dispõe de objetivos destinados a portadores de deficiência, que fundamentam e orientam o processo de educação desses indivíduos. Esses objetivos visam promover a interação social, direito a escolha, incentivar a autonomia e possibilitar o desenvolvimento pleno de crianças especiais. Mas para que isso ocorra, faz-se necessário criar programas de preparo para o trabalho bem como orientações com a família.

No entanto, a falta de atendimento especial principalmente em pré-escolas, carência de recurso e equipe qualificada, inadequação do ambiente físico, falta de novas propostas de ensino, descontinuidade de planejamento e ações, desigualdade de recursos e oportunidades, vem dificultando o acesso de muitas crianças especiais ao ensino especializado (SILVA, 2002, p. 12).

Essa inserção de alunos especiais em escolas tem se configurado como um processo complexo, pois o trabalho pedagógico, destinado a esse público, exige cada vez mais, do professor, formação e especialização para conhecer a

especificidades necessárias para desenvolver o processo de ensino e aprendizagem.

Ferreira (2005) acredita que a verdadeira inclusão busca de todas as maneiras garantir o ingresso e a permanência do aluno na escola. No entanto, o autor também pontua que os professores se sentem incapazes de lidar com o quantitativo de alunos, além de se sentirem despreparados/impotentes frente a realidade, que cada vez mais sofre agravos mediante a falta de recursos e apoio.

É necessário destacar também a importância da colaboração da família nesse processo de inclusão, já que o rendimento escolar também depende da prática e do esforço realizado em casa, juntamente com os pais e responsáveis, além de que o incentivo dos familiares subsidiará a adaptação ao ritmo de atividades, bem como a rotina estabelecida pela escola.

Infelizmente, ainda vivemos uma perspectiva integracionista, que basta somente o aluno estar matriculado na escola regular, não contemplando as necessidades do aluno especial. Ainda é comum encontrar situações nas quais esses indivíduos são considerados incapazes, ou a conformação dos docentes diante da falta de recursos para atender essas crianças, o que corrobora cada vez mais para o aumento desse processo de exclusão.

Na sociedade as pessoas com síndrome de Down ainda são vítimas de preconceitos, taxadas de incapazes, impotentes. Isso ainda ocorre mesmo com a sociedade já tendo testemunhado pessoas com a deficiência formando-se, trabalhando, constituindo suas famílias e vivendo como cidadãos com direitos e deveres. A escola parece reproduzir estas concepções, pois a inclusão é uma necessidade visível, mas tem encontrado enormes barreiras para que de fato possa ser efetivada. (SANTOS, MENEZES; ROCHA, 2016, p. 10).

A interação entre crianças com e sem deficiência é parte importante do processo de inclusão escolar. Essas interações possibilitam avaliar as facilidades e dificuldades de cada criança para o estabelecimento de vínculos, além de proporcionar melhores avaliações sobre as formas de organização dos professores, norteando as formas de abordagem pedagógica.

Dessa forma:

A produção de conhecimento sobre interações entre alunos com e sem necessidades especiais no sistema regular de ensino servirá de subsídio para o planejamento e aprimoramento de processos de inclusão escolar de crianças com necessidades especiais, base para a construção de uma

sociedade, cujos integrantes sejam capazes de respeitar e valorizar suas diferenças (SANTOS, MENEZES; ROCHA, 2016, p. 10-11).

O processo de inclusão vem para demonstrar que todos os indivíduos são igualmente importantes, e, com isso, as diferenças tornam a escola um ambiente culturalmente rico, possibilitando novas aprendizagens para as pessoas com deficiência. Nessa relação, todos se desenvolvem, já que, superam-se fraquezas e despertam-se possibilidades, além da troca de saberes, aumentando o fluxo de desenvolvimento (LIMA 2006).

Por isso, é necessário pensar a educação inclusiva como um meio de integração social de crianças especiais, não sendo algo alheio aos governos, de modo que seja destinado recursos necessários para as escolas, capacitando professores e fortalecendo vínculos com as famílias, além de priorizar o desenvolvimento das crianças e sua interação social com os demais colegas.

2.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONCEITOS E PRINCÍPIOS

O movimento conhecido como inclusão escolar, que busca garantir que todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, psicológicas, cor, raça, etnia ou credo, tenham acesso à educação, é relativamente recente quando comparado com longos períodos históricos nos quais muitas minorias marginalizadas foram excluídas de oportunidades educacionais. Historicamente, apenas uma parcela privilegiada da população tinha acesso à educação, enquanto muitos outros eram sistematicamente impedidos de usufruir dessas oportunidades, criando uma grande disparidade no acesso ao conhecimento e à formação acadêmica (MANTOAN, 2015).

A implementação da educação inclusiva requer uma transformação no sistema educacional, haja vista que essa transformação envolve a reorganização de estruturas, práticas e políticas para garantir o acesso e a permanência e as condições adequadas de aprendizagem para todos os indivíduos em idade escolar. Segundo Carneiro (2011), este movimento não é apenas uma mudança logística ou estrutural, mas também uma revisão das relações e abordagens pedagógicas para abraçar plenamente o conceito de inclusão.

A meta da educação inclusiva é estabelecer uma nova dinâmica no processo de inclusão, criando um ambiente educacional onde todos possam aprender juntos, independentemente das suas particularidades. Para Beyer (2006), os desafios incluem desenvolver práticas pedagógicas que sejam capazes de atender a todos os alunos, incluindo aqueles que necessitam de abordagens diferenciadas. Isso implica em uma pedagogia que se adapta às necessidades diversas dos estudantes e também promove ativamente a não discriminação e trabalha para eliminar as diversas formas de preconceito que ainda persistem dentro e fora dos ambientes educacionais.

A necessidade de uma educação verdadeiramente inclusiva é urgente e central para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, pois, requer um comprometimento contínuo dos gestores educacionais, dos professores, das famílias e de toda a comunidade para que se possa transformar os princípios inclusivos em práticas efetivas que garantam a todos os indivíduos o direito à educação e, conseqüentemente, à plena participação na sociedade.

Nesta senda, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, conhecida como LDB (Lei nº 9.394), promulgada em 1996, constitui a principal legislação que regula o sistema educacional brasileiro em todas as suas esferas e modalidades. A LDB enfatiza a necessidade de integração de todos os alunos nas classes comuns do sistema regular de ensino, estabelecendo isso como um dos pilares fundamentais para a realização da educação inclusiva (BRASIL, 1996).

Em especial, o artigo 58 da referida lei estipula que os sistemas de ensino devem garantir aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, bem como àqueles que apresentam altas habilidades ou superdotação, condições plenas para o acesso, participação e aprendizado nos mesmos ambientes educacionais que os demais alunos. Essa disposição legal visa assegurar que todas as crianças e jovens desfrutem de condições adequadas para obter uma educação de qualidade, sem distinção ou segregação (BRASIL, 1996). Em termos da letra de lei:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, nos termos do caput deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei. (BRASIL, 1996).

Além do estabelecido na LDB, o Ministério da Educação do Brasil tem corroborado na elaboração de diretrizes específicas que orientam a prática da inclusão escolar em todo o território nacional. Essas diretrizes estão sistematizadas em diversos documentos, sendo um dos mais significativos a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, instituída em 2008 (BRASIL, 2008).

Este documento e outros normativos subsequentes detalham e reforçam as orientações para que a inclusão seja efetivamente implementada nas escolas brasileiras, buscando promover a adaptação do ambiente físico, a formação de professores, o desenvolvimento de métodos de ensino diferenciados e a utilização de recursos didáticos e tecnológicos que atendam às necessidades de todos os alunos (BRASIL, 2008).

Dentro desse contexto, a educação inclusiva no Brasil é entendida como um processo contínuo e dinâmico de melhorias e ajustes no sistema educacional, no qual atende às necessidades específicas de alunos com condições particulares e propicia um ambiente de aprendizagem diversificado para todos os estudantes (PALMA; CARNEIRO, 2017).

Ao abraçar a diversidade, o sistema educacional se fortalece, tornando-se mais justo e equitativo, sendo sustentado por diretrizes claras que enfatizam a universalidade de acesso, garantindo que todos os alunos, independentemente de suas particularidades, tenham acesso irrestrito ao sistema educacional. Além disso, é necessário a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que deve ser disponibilizado preferencialmente na rede regular de ensino, atuando de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos, conforme suas necessidades específicas (BRASIL, 2008).

A formação de professores também é uma base, exigindo capacitação e atualização contínua dos educadores para que possam atender adequadamente às especificidades do público-alvo da educação especial. No que lhe concerne, a infraestrutura adequada, que inclui adaptações físicas e a disponibilidade de

recursos didáticos e tecnológicos, é importante para favorecer a inclusão. No que se refere a participação da comunidade, corrobora no envolvimento dos familiares e da comunidade no processo educacional, promovendo uma rede de apoio efetiva que contribui para o sucesso do modelo educacional inclusivo (BRASIL, 2008).

De acordo com as diretrizes da educação, em seu V capítulo, a educação inclusiva ocorrerá sempre que necessária nas escolas de ensino regular, sendo dever do Estado. Esse sistema de ensino, visa assegurar métodos, técnicas e recursos destinados aos educandos com necessidades especiais (BRASIL, 1996).

Assim, essa modalidade de ensino, busca proporcionar a essas crianças condições adequadas para desenvolverem suas capacidades físicas e cognitivas, além de ajudar no pleno desenvolvimento de sua personalidade, proporcionando melhor qualidade de vida e autonomia. Essa prática pedagógica vem sendo implantada aos poucos nas escolas de ensino regular, no entanto, são necessários materiais pedagógicos, equipamentos, metodologias de ensino diferentes e profissionais capacitados.

O professor, além de ensinar, deve estar atento ao comportamento do aluno, suas reações e evoluções, para que, caso seja necessário, possa solicitar novos encontros com o médico ou psicólogo que acompanhe a criança. “E outro fato de extrema importância na educação especial é o fato de que o professor deve considerar o aluno como uma pessoa inteligente, que tem vontades afetivas e estas devem ser respeitadas, pois o aluno não é apenas um ser que aprende.” (SILVA 2002, p. 11).

A educação inclusiva, conforme delineada por Mantoan (2003), propõe um modelo educacional no qual todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, cognitivas ou sociais, são educados juntos em um mesmo ambiente. Esta abordagem tem como princípio fundamental de que nenhuma criança seja deixada de fora do sistema de ensino regular, promovendo a indistinção no tratamento educacional. Segundo esta visão, a escola inclusiva deve se adaptar às necessidades de todos os alunos, criando estratégias e recursos que auxiliem na superação de barreiras individuais e coletivas, especialmente aquelas relacionadas às deficiências de qualquer natureza.

O objetivo é proporcionar um ambiente onde os estudantes possam desenvolver plenamente suas capacidades, preparando-os academicamente, para o convívio social efetivo e respeitoso, assim, visando a inclusão social ampla, pois ao

educar as crianças em um ambiente que valoriza a diversidade e promove a igualdade, prepara-se o terreno para uma sociedade mais justa e menos preconceituosa (MANTOAN, 2003).

Outrossim, a inclusão social perpassa várias dimensões humanas, sejam elas sociais ou políticas, haja vista que, ao integrar indivíduos que tradicionalmente foram marginalizados, como pessoas com deficiência, a sociedade em seu conjunto se beneficia, pois o respeito à diversidade e a luta contra o preconceito se fortalecem, assim, não se restringindo ao ambiente escolar, tendo em vista que se expande por toda a sociedade contemporânea, influenciando políticas públicas, práticas empresariais e atitudes individuais (ZEIFERT; CENCI; MANCHINI, 2020).

Na prática, a implementação de uma educação inclusiva requer mudanças no modo como as escolas operam, incluindo a formação de professores, o desenvolvimento curricular e a adaptação de espaços físicos. Ademais, implica em um compromisso contínuo de todos os segmentos da sociedade com a reestruturação de práticas que promovam efetivamente a inclusão sem preconceitos.

2.3 ESTRATÉGIAS DE ENSINO PARA CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN

A Síndrome de Down é uma alteração genética caracterizada pela presença de um cromossomo 21 extra que afeta indivíduos de várias maneiras, especialmente no que tange às capacidades cognitivas e de aprendizado, em que suscita uma análise das estruturas e abordagens pedagógicas empregadas na educação dessas crianças. A inclusão efetiva de alunos com Síndrome de Down no sistema educacional espelha um imperativo ético e legal, bem como um desafio prático que demanda adaptações por parte das instituições de ensino (MORANDIN *et al.*, 2021).

Historicamente, a abordagem educacional para crianças com Síndrome de Down passou por uma evolução, em que, inicialmente era marcada por práticas segregacionistas. A educação especial evoluiu para modelos mais inclusivos, propiciados por legislações e um crescente reconhecimento dos direitos desses alunos, no qual é parte de uma mudança mais ampla em direção a uma educação que valoriza a diversidade e busca adaptar-se às necessidades individuais, ao invés de pressupor um padrão uniforme de aprendizagem e desenvolvimento (GONÇALVES *et al.*, 2020).

Contudo, a implementação prática desses ideais inclusivos enfrenta problemas, como a falta de recursos adequados, a necessidade de formação específica para professores e o desenvolvimento de materiais didáticos adaptados. A dificuldade do processo educacional para crianças com Síndrome de Down também envolve a compreensão de suas habilidades únicas e limitações, que frequentemente apresentam melhor desempenho em ambientes que favorecem a interação social e o desenvolvimento de habilidades práticas, componentes que devem ser considerados na elaboração de estratégias pedagógicas (SILVA; SOUSA; SILVA, 2020).

A partir desta problemática do ensino, torna-se necessário o emprego de estratégias de ensino para essas pessoas, objetivando garantir a acessibilidade no ensino (Quadro 1). Essas estratégias devem ser projetadas e implementadas para atender às especificidades cognitivas e comportamentais de alunos com Síndrome de Down, reconhecendo que a acessibilidade educacional se estende além da infraestrutura física, alcançando também os métodos pedagógicos e recursos didáticos.

No processo de elaboração do Quadro, a autora empreendeu uma análise da literatura citada, conforme indicado pelo autor referenciado. Este esforço foi direcionado para sintetizar de maneira objetiva os objetivos e as estratégias de ensino discutidas nos textos. A autora integrou estas informações com o intuito de criar um instrumento que facilitasse a aplicação prática dessas estratégias em contextos educacionais reais.

Quadro 1: Estratégias de ensino

Área de desenvolvimento	Objetivos específicos	Estratégias de ensino	Autor
Comunicação verbal	Melhorar a articulação e o vocabulário.	<ul style="list-style-type: none"> - Utilizar jogos de imitação vocal para praticar sons e palavras. - Empregar figuras e símbolos para aumentar o entendimento e a expressão. - Realizar atividades 	Rodrigues <i>et al.</i> (2023)

		que incentivem a conversação em contextos sociais.	
Leitura	Desenvolver habilidades de leitura fluente.	<ul style="list-style-type: none"> - Introduzir cartões de palavras com imagens associadas para reconhecimento visual. - Utilizar métodos de leitura global, mostrando palavras inteiras em contextos significativos. - Promover sessões regulares de leitura em voz alta. 	Barby e Guimarães (2016)
Escrita	Aprimorar a coordenação motora para escrita.	<ul style="list-style-type: none"> - Fornecer ferramentas de escrita ergonômicas adaptadas. - Utilizar atividades de traçado e coloração para desenvolver controle do lápis. - Praticar o preenchimento de formas e letras usando areia ou outros materiais táteis. 	Anunção, Costa e Denari (2015)
Matemática	Ensinar conceitos numéricos básicos e operações.	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar o uso de abacos ou contadores físicos para visualização de números. - Aplicar jogos matemáticos que reforcem adição, subtração e categorização. - Incluir software educativo que ofereça prática matemática interativa. 	Tabaka <i>et al.</i> (2021)

Habilidades sociais	Promover interações sociais positivas.	<ul style="list-style-type: none"> - Estruturar jogos de grupo que exijam turnos e compartilhamento. - Simular situações sociais em ambientes controlados para ensinar respostas adequadas. - Organizar atividades extracurriculares com pares sem deficiências para promoção da inclusão. 	Rodrigues <i>et al.</i> (2019)
Motricidade fina	Melhorar a destreza manual.	<ul style="list-style-type: none"> - Utilizar jogos que envolvem pinçar, como pegar pequenos objetos com pinças. - Oferecer quebra-cabeças com peças grandes para prática de encaixe. - Realizar atividades artísticas que requerem precisão, como desenho ou colagem. 	Serra <i>et al.</i> (2017)
Motricidade grossa	Desenvolver habilidades motoras amplas.	<ul style="list-style-type: none"> - Incorporar esportes adaptados, como boliche ou basquete com cestas mais baixas. - Organizar circuitos de atividades físicas que promovam corrida, salto e equilíbrio. - Oferecer dança e movimento criativo como formas de expressão corporal. 	Melo (2015)
Autonomia	Fomentar a	- Estabelecer rotinas	

peçoal	independência em tarefas diárias.	<p>diárias com uso de imagens para ilustrar cada etapa.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Treinar habilidades de auto-cuidado, como vestir-se, usando roupas com fechos simplificados. - Encorajar a escolha de própria alimentação e vestuário com opções limitadas. 	Lara e Costa (2023)
Sensibilidade sensorial	Adaptar ao ambiente sensorial variado.	<ul style="list-style-type: none"> - Utilizar materiais que variem em texturas para dessensibilização tátil. - Aplicar técnicas de integração sensorial, como terapia com balanço ou massagem. - Criar um ambiente de aprendizagem que minimize distrações visuais e auditivas. 	Bogdashina (2016)
Uso de tecnologia	Integrar tecnologias assistivas no aprendizado.	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentar dispositivos de comunicação aumentativa para expressão melhorada. - Implementar programas de computador que adaptem a navegação à habilidade do usuário. - Utilizar aplicativos educativos customizáveis para reforçar conceitos aprendidos. 	Silva <i>et al.</i> (2020)

Fonte: Autoria própria (2024). Elaborado a partir da literatura citada.

Consoante o Quadro 1, o processo educacional, especialmente para alunos com necessidades específicas, requer a implementação de métodos adaptativos que atendam às suas particularidades. Em relação ao desenvolvimento da comunicação verbal, é necessário melhorar tanto a articulação quanto o vocabulário dos alunos. De acordo com Rodrigues *et al.* (2023), isso pode ser alcançado por meio do uso de jogos de imitação vocal, que ajudam os alunos a praticar sons e palavras de maneira lúdica e engajadora. Igualmente, a utilização de figuras e símbolos é importante para facilitar a compreensão e a expressão, enquanto atividades que promovem a conversação em contextos sociais incentivam o uso prático da língua em situações reais, melhorando as habilidades comunicativas de maneira integral.

Por outro lado, no que tange ao desenvolvimento de habilidades de leitura, Barby e Guimarães (2016) destacam a importância de criar estratégias que fomentem a fluência leitora. A exemplo, introduzir cartões de palavras com imagens associadas é uma técnica para reforçar o reconhecimento visual, associando imagens a palavras e facilitando a memorização. Além do mais, o uso de métodos de leitura global, que apresentam palavras inteiras em contextos significativos, permite que o aluno compreenda o uso prático da linguagem escrita, além de que promover sessões regulares de leitura em voz alta também contribui para a fluência, proporcionando aos alunos a oportunidade de praticar a leitura e receber *feedback* imediato, o que é preciso para o desenvolvimento contínuo de suas habilidades.

Já Anunciação, Costa e Denari (2015) sugerem técnicas voltadas para o aprimoramento da coordenação motora necessária para a escrita. Entre estas técnicas, destaca-se o fornecimento de ferramentas de escrita ergonômicas adaptadas, que são importantes para facilitar o manuseio por alunos que enfrentam desafios na coordenação motora. Outrossim, atividades que envolvem traçado e coloração são recomendadas para desenvolver o controle fino do lápis, enquanto a prática de preenchimento de formas e letras com o uso de areia ou outros materiais táteis estimula a percepção sensorial e a habilidade motora.

Em conjunto, no âmbito da matemática, Tabaka *et al.* (2021) ressaltam a importância de estratégias que facilitem o entendimento de conceitos numéricos básicos e operações aritméticas, pois, o uso de ábacos ou contadores físicos para a visualização de números é uma estratégia para ensinar conceitos matemáticos de

forma concreta e tangível. Jogos matemáticos que englobam adição, subtração e categorização também são utilizados para reforçar o aprendizado de maneira dinâmica e envolvente. Adicionalmente, a inclusão de *software* educativo que ofereça prática matemática interativa possibilita que os alunos explorem conceitos matemáticos em um ambiente digital, facilitando a aprendizagem através de *feedback* e adaptações conforme o progresso do aluno.

Na área do desenvolvimento de habilidades sociais e motricidade fina, especialistas propõem estratégias pedagógicas focadas na promoção de interações sociais positivas e na melhoria da destreza manual. De acordo com Rodrigues *et al.* (2019), para fomentar habilidades sociais em alunos, é preciso estruturar jogos de grupo que incentivem a dinâmica de turnos e compartilhamento, criando um ambiente de cooperação e respeito mútuo. Ademais, a simulação de situações sociais em ambientes controlados é recomendada para ensinar respostas sociais adequadas, preparando os alunos para enfrentar desafios comunicativos no seu cotidiano. Organizar atividades extracurriculares que incluam pares sem deficiências também é uma prática para promover a inclusão e permitir que esses alunos experimentem a diversidade de interações em um contexto mais amplo.

Já na perspectiva de Serra *et al.* (2017), os autores destacam a importância de desenvolver a motricidade fina através de atividades que exijam destreza e precisão manual, tendo em vista que jogos que envolvem a habilidade de pinçar, como a utilização de pinças para pegar pequenos objetos, são altamente eficazes para este fim. Quebra-cabeças com peças grandes também servem como uma ferramenta para a prática do encaixe, ajudando no desenvolvimento do controle motor fino, bem como atividades artísticas que requerem precisão, como desenho ou colagem, são essenciais para estimular a coordenação manual e a criatividade.

Nesse contexto, Melo (2015) enfatiza a necessidade de desenvolver habilidades motoras amplas, sugerindo a incorporação de esportes adaptados, como boliche ou basquete com cestas mais baixas, que permitem aos alunos engajar-se em atividades físicas ajustadas às suas capacidades. No que se refere à organização de circuitos de atividades físicas que incluem corrida, salto e equilíbrio, é preciso estimular o desenvolvimento da motricidade grossa. A dança e o movimento criativo também são apontados como formas de expressão corporal, contribuindo para o aprimoramento da coordenação e do controle motor.

Lara e Costa (2023) focam na promoção da autonomia pessoal, um aspecto indispensável na educação de alunos com desafios específicos, pois, estabelecer rotinas diárias utilizando imagens para ilustrar cada etapa é uma técnica para ajudar os alunos a compreenderem e a seguirem processos cotidianos de forma independente. O treinamento de habilidades de auto-cuidado, como vestir-se com o auxílio de roupas que possuam fechos simplificados, facilita o desenvolvimento da autonomia e da confiança dos alunos em suas capacidades. Em adição, encorajar a escolha própria de alimentação e vestuário, mesmo que com opções limitadas, é necessário para incentivar a tomada de decisões e fomentar a independência.

Essas estratégias, conforme delineadas pelos autores, são imprescindíveis para o desenvolvimento integral dos alunos, proporcionando-lhes as ferramentas necessárias para melhorar suas habilidades motoras e promover sua autonomia, considerando que a implementação dessas abordagens em ambientes educacionais permite que os alunos melhorem suas competências físicas, de auto-gestão e se integrem de maneira mais efetiva em suas comunidades.

Corroborando com as estratégias citadas, segundo Bogdashina (2016), no que se refere à sensibilidade sensorial, é preciso adaptar os alunos a um ambiente sensorial variado, utilizando para isso materiais que apresentem diferentes texturas para auxiliar na dessensibilização tátil. Igualmente, a aplicação de técnicas de integração sensorial, como a terapia com balanço ou massagens, é recomendada para ajudar no processamento sensorial. Outra estratégia importante é a criação de ambientes de aprendizagem que minimizem distrações visuais e auditivas, permitindo que o aluno se concentre melhor e participe ativamente das atividades educacionais.

Ainda, Silva *et al.* (2020) destacam a importância de integrar tecnologias assistivas no processo de aprendizado para facilitar a educação de alunos com necessidades especiais, pois, a apresentação de dispositivos de comunicação aumentativa é uma ferramenta para melhorar a expressão desses alunos, permitindo-lhes comunicar-se de maneira mais eficaz. Além de que, a implementação de programas de computador que se adaptem à habilidade do usuário é basilar para fornecer uma experiência de aprendizado personalizada, que respeite os ritmos e as capacidades individuais. A utilização de aplicativos educativos customizáveis, que reforçam os conceitos aprendidos em sala de aula,

também se mostra uma estratégia eficiente para consolidar o conhecimento e promover a autonomia do aluno.

Essas abordagens pedagógicas, ao serem incorporadas no ensino de alunos com especificidades, contribuem para o desenvolvimento de habilidades essenciais e para a melhoria de sua qualidade de vida, reforçando o compromisso das instituições de ensino com a inclusão e o desenvolvimento integral de todos os alunos, assegurando que eles tenham as melhores oportunidades de aprendizado e participação social.

3 O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Este capítulo aborda o papel do serviço social na educação, com foco especial na educação inclusiva no Brasil. Inicialmente, é apresentada uma análise das políticas de educação inclusiva no país, explorando a evolução histórica e o arcabouço legal que sustenta essas políticas. A discussão engloba a legislação vigente, os programas governamentais e as parcerias institucionais que visam à integração efetiva de alunos com necessidades especiais no sistema educacional regular.

Em seguida, o texto examina a atuação do assistente social dentro deste contexto, destacando o papel desses profissionais na promoção da inclusão. São detalhadas as estratégias e intervenções utilizadas pelos assistentes sociais para facilitar o acesso e a permanência de alunos com deficiência nas escolas, além de abordar o suporte oferecido às famílias e a colaboração com outros profissionais da educação para garantir um ambiente de aprendizado acolhedor e adaptado às diversidades.

3.1 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

Conforme debatido neste estudo, a educação inclusiva no Brasil é um desafio e uma área de desenvolvimento dentro das políticas públicas educacionais, objetivando acomodar estudantes com necessidades especiais em salas de aula comuns e garantir que eles tenham acesso pleno ao currículo educacional, contribuindo para sua formação integral e participação ativa na sociedade. A inclusão escolar no Brasil é marcada por uma evolução legislativa e programática que espelha o compromisso crescente com a equidade e a igualdade de oportunidades educacionais para todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, cognitivas ou sensoriais.

No contexto brasileiro, a educação inclusiva é entendida como um processo que se ajusta às necessidades dos alunos, e não o contrário, no qual envolve a adaptação de métodos de ensino, a capacitação de professores, a adequação de espaços físicos e a disponibilização de recursos didáticos e tecnológicos que promovam um ambiente de aprendizado acessível e acolhedor, desse modo, demandando uma infraestrutura educacional que suporte efetivamente a

diversidade, incluindo salas de aula que sejam acolhedoras e estimulantes, e práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem as diferenças individuais (RODRIGUES, 2016).

No Brasil, são diversas as políticas e programas voltados para a inclusão, detalhadamente descritos no Quadro 2.

Quadro 2: Políticas de Educação Inclusiva no Brasil

Categoria	Descrição	Referências Legislativas ou Programas Relacionados	Citação
Legislação Básica	Leis e decretos que estabelecem o direito à educação inclusiva e as obrigações do Estado.	Constituição Federal de 1988, LDB (Lei nº 9.394/1996), Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015)	BRASIL (1988); BRASIL (1996); BRASIL (2015)
Programas Governamentais	Iniciativas e programas criados para promover a inclusão efetiva nas escolas, oferecendo suporte tanto para alunos quanto para professores.	Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, Programa BPC na Escola	MEC (2005); MEC (2007)
Apoio Pedagógico Especializado	Serviços que visam apoiar o desenvolvimento educacional de alunos com deficiência, oferecendo recursos e adaptações curriculares.	Salas de Recursos Multifuncionais, Atendimento Educacional Especializado (AEE)	MEC (2008); MEC (2008)
Formação de Professores	Políticas e programas para a formação e capacitação de educadores em práticas inclusivas,	Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica	MEC (2009)

	incluindo cursos de graduação e de formação continuada.		
Infraestrutura e Acessibilidade	Investimentos e normas para a adaptação física de escolas para garantir acessibilidade aos alunos com deficiência.	Programa Dinheiro Direto na Escola para Acessibilidade, Normas Técnicas de Acessibilidade da ABNT	MEC (2016); ABNT (2015)
Tecnologia Assistiva	Fornecimento e integração de tecnologias que facilitam o acesso ao currículo para alunos com diferentes tipos de deficiências.	Plano Nacional de Educação (PNE) contempla a oferta de tecnologias assistivas	BRASIL (2014)
Monitoramento e Avaliação	Sistemas e práticas para avaliar a efetividade das políticas de educação inclusiva, monitorando tanto a implementação quanto os resultados para alunos inclusos.	Indicadores de Qualidade na Educação Inclusiva	MEC (2011)
Apoio às Famílias	Programas e políticas destinados a envolver e apoiar as famílias de alunos com deficiência no processo educacional.	Programa de Apoio aos Pais ou Responsáveis de Pessoas com Deficiência	MEC (2012)
Diretrizes Curriculares	Orientações sobre a adaptação do currículo para atender às necessidades educacionais especiais de alunos dentro de um sistema	Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica	CNE/CEB (2001)

	educacional inclusivo.		
Financiamento	Detalhamento das fontes de financiamento para as políticas de educação inclusiva, incluindo o papel dos fundos federais, estaduais e municipais.	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB)	BRASIL (2020)

Fonte: Autoria própria (2024). Elaborado a partir Referências Legislativas e Programas citados.

Consoante o Quadro 2, a legislação brasileira tem estabelecido bases sólidas para assegurar o direito à educação inclusiva, marcado por uma série de leis e decretos que delineiam as obrigações do Estado em oferecer uma educação acessível a todos os cidadãos, independentemente de suas limitações físicas, mentais ou sensoriais. A Constituição Federal de 1988 foi pioneira ao reconhecer a educação como um direito de todos, promovendo a igualdade de condições no acesso e permanência na escola (BRASIL, 1988).

Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), instituída pela Lei nº 9.394 de 1996, consolidou este princípio ao estabelecer diretrizes que orientam a educação nacional, incluindo previsões específicas para a garantia da educação especial (BRASIL, 1996). Em complemento a estas normativas, a Lei Brasileira de Inclusão, ou Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), veio fortalecer ainda mais o arcabouço legal, propondo medidas e estratégias para a inclusão efetiva e plena das pessoas com deficiência em todos os ambientes educacionais (BRASIL, 2015).

Diante disso, essas legislações formalizam o compromisso do Estado com a educação inclusiva e estabelecem um claro mandato para que as instituições de ensino desenvolvam e apliquem métodos de ensino que sejam acessíveis a todos os alunos, pois, através desses dispositivos legais, o Brasil tem buscado promover um ambiente educacional que respeite as diferenças e valorize a diversidade, garantindo assim, que a educação inclusiva seja uma realidade tangível e cada vez mais efetiva.

Além do mais, diversos programas governamentais foram desenvolvidos no Brasil com o objetivo de promover uma inclusão efetiva nas escolas, atendendo às

necessidades dos alunos e dos professores, no contexto da educação inclusiva. Entre essas iniciativas, destacam-se o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, lançado pelo Ministério da Educação em 2005, e o Programa BPC na Escola, iniciado em 2007. Ambos os programas são basilares para o fortalecimento e a disseminação de práticas inclusivas no ambiente educacional brasileiro (MEC, 2005; MEC, 2007).

O Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade visa capacitar profissionais da educação e gestores para criar e fortalecer sistemas educacionais inclusivos em todos os municípios brasileiros. Este programa se concentra em promover a transformação das escolas em espaços capazes de acolher todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos, garantindo o acesso, a participação e a aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (MEC, 2005).

No que lhe concerne, o Programa BPC na Escola, que teve início em 2007, é uma iniciativa interministerial que tem como foco principal monitorar e promover a inclusão escolar de crianças e adolescentes beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), colaborando para a redução das barreiras que impedem a plena participação social deste grupo, incluindo barreiras físicas, pedagógicas e de acesso aos serviços públicos, em especial a educação (MEC, 2007).

No Brasil, o apoio pedagógico especializado tem se consolidado como uma coluna para o avanço da educação inclusiva, por meio de serviços dedicados a promover o desenvolvimento educacional de alunos com deficiência. Este suporte é implementado principalmente através das Salas de Recursos Multifuncionais e do Atendimento Educacional Especializado (AEE), ambas iniciativas regulamentadas e incentivadas pelo Ministério da Educação desde 2008 (MEC, 2008).

As Salas de Recursos Multifuncionais são espaços equipados com materiais didáticos e recursos pedagógicos e tecnológicos que visam auxiliar no processo de ensino-aprendizagem de alunos com diversas necessidades especiais, as quais operam como um complemento ao ensino regular, oferecendo atividades educativas que são planejadas para promover a autonomia e a inclusão plena dos estudantes no ambiente escolar (MEC, 2008).

Por sua vez, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma modalidade de ensino que funciona paralelamente à educação comum, oferecendo suporte específico e individualizado que responde às necessidades educacionais

especiais dos alunos, realizado preferencialmente nas Salas de Recursos Multifuncionais e visa adaptar as metodologias e o material didático para que os alunos com deficiência possam alcançar o máximo de desenvolvimento possível e participar ativamente da vida acadêmica e social da escola (MEC, 2008).

A formação de professores em práticas inclusivas é uma área de atuação estratégica para o desenvolvimento de um sistema educacional capaz de atender a todos os alunos, independentemente de suas especificidades. No Brasil, a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, instituída pelo Ministério da Educação em 2009 (MEC, 2009), é um marco regulatório que orienta e sustenta a qualificação de educadores para atuar de maneira efetiva às necessidades de inclusão.

Esta política compreende um conjunto de diretrizes que visam melhorar a formação inicial e continuada de professores, assegurando que eles estejam preparados para implementar práticas pedagógicas inclusivas em suas salas de aula. A formação inclui cursos de graduação, especializações e outras modalidades de capacitação, que são importantes para equipar os professores com conhecimentos, habilidades e competências para lidar com a diversidade de alunos encontrada nas escolas públicas e privadas. O objetivo é assegurar que os professores compreendam os princípios da educação inclusiva e sejam capazes de aplicar metodologias e técnicas que promovam o aprendizado e a inclusão de todos os alunos, especialmente aqueles com necessidades educacionais especiais (MEC, 2009).

A implementação desta política é importante para o sucesso da educação inclusiva, pois professores bem preparados são atuantes para criar um ambiente educacional acolhedor e adaptativo, onde todos os alunos possam se desenvolver plenamente. Além de que, a formação continuada permite que os educadores permaneçam atualizados sobre as melhores práticas e as inovações pedagógicas que podem facilitar a inclusão.

Também vale ser destacado a promoção da acessibilidade em infraestruturas escolares como uma preocupação constante, refletida em investimentos direcionados e na regulamentação normativa para adaptação física das escolas. Com o intuito de garantir a acessibilidade aos alunos com deficiência, iniciativas como o Programa Dinheiro Direto na Escola para Acessibilidade, lançado pelo Ministério da Educação em 2016 (MEC, 2016), e as Normas Técnicas de

Acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2015) possuem importantes funções.

O Programa Dinheiro Direto na Escola para Acessibilidade é uma estratégia que provê recursos financeiros diretamente às escolas, permitindo que realizem adaptações estruturais necessárias para tornar o ambiente educacional acessível, em que tem sido impactante para eliminar barreiras físicas nas escolas, facilitando o acesso e a mobilidade de estudantes com deficiência, o que é preciso para a sua plena participação e integração na vida escolar (MEC, 2016).

Em conjunto, as Normas Técnicas de Acessibilidade da ABNT, estabelecidas em 2015, definem critérios e parâmetros técnicos que orientam as adaptações de infraestruturas de modo a atender às necessidades específicas de acessibilidade, atuando como guia para projetos de construção e reforma, assegurando que as instalações sejam projetadas e mantidas sob padrões que promovam a inclusão e a igualdade de oportunidades para todos os alunos (ABNT, 2015).

Ainda neste contexto, o fornecimento e a integração de tecnologias assistivas são estratégias para promover a acessibilidade e inclusão de alunos com diferentes tipos de deficiências. Essa abordagem é reforçada pelo Plano Nacional de Educação (PNE), estabelecido pela Lei nº 13.005 de 2014 (BRASIL, 2014), que contempla expressamente a oferta de tecnologias assistivas como parte de seu objetivo de garantir educação de qualidade e acessível a todos os estudantes, independentemente de suas limitações físicas, sensoriais ou cognitivas.

As tecnologias assistivas referem-se a qualquer item, equipamento, *software* ou produto que seja usado para aumentar, manter ou melhorar as capacidades funcionais de pessoas com deficiência. No ambiente educacional, essas tecnologias podem variar desde *softwares* que transformam texto em fala para estudantes com deficiência visual, até teclados adaptativos para aqueles com limitações motoras, facilitando o acesso ao currículo e promovendo a participação ativa nas atividades escolares (BRASIL, 2014).

Neste diapasão, a política integrada no Plano Nacional de Educação reconhece a importância dessas tecnologias como ferramentas para a superação de barreiras na educação de alunos com deficiência, visando assegurar que estes possam alcançar seu pleno potencial acadêmico e social. A implementação dessa diretriz demonstra um compromisso com a equidade na educação, proporcionando

recursos que apoiam a inclusão e que permitem aos alunos com deficiência maior independência e autonomia dentro e fora do contexto escolar (BRASIL, 2014).

Igualmente, ao garantir a integração de tecnologias assistivas no sistema educacional, o Brasil dá um passo em direção a um modelo de educação inclusivo, em que todos os alunos têm as mesmas oportunidades de aprendizado e desenvolvimento. A abordagem refletida pelo Plano Nacional de Educação é um exemplo de como políticas bem estruturadas podem facilitar a inclusão efetiva e melhorar significativamente a qualidade de vida dos estudantes com deficiência.

Ainda, o monitoramento e a avaliação das políticas de educação inclusiva são componentes para garantir a eficácia e a adequação das iniciativas implementadas nas instituições de ensino. Para este fim, foram desenvolvidos os Indicadores de Qualidade na Educação Inclusiva, estabelecidos pelo Ministério da Educação em 2011 (MEC, 2011), nos quais servem como ferramentas para analisar a implementação e os resultados das políticas de inclusão, permitindo uma avaliação continuada que contribui para a melhoria constante dos processos e estratégias educacionais.

Os sistemas de monitoramento e avaliação são projetados para coletar, analisar e interpretar dados relacionados às práticas inclusivas nas escolas, atuando com objetivo de identificar pontos de sucesso e áreas que necessitam de ajustes ou melhorias, facilitando assim a tomada de decisões baseada em evidências. Por meio desses indicadores, as autoridades educacionais podem obter uma visão clara do progresso em direção aos objetivos estabelecidos, avaliando a integração efetiva de alunos com deficiência e outros grupos vulneráveis no sistema educacional regular (MEC, 2011).

A utilização dos Indicadores de Qualidade na Educação Inclusiva conjetura um ajuste com a transparência e a responsabilidade na gestão das políticas públicas, possibilitando que gestores e educadores reflitam sobre suas práticas, promovam ajustes necessários e compartilhem as melhores práticas, tudo com o objetivo de otimizar a experiência educacional para todos os alunos, independentemente de suas particularidades. Além de que, esses indicadores ajudam a garantir que os recursos destinados à educação inclusiva sejam utilizados de maneira eficaz, maximizando os benefícios para os alunos e contribuindo para uma sociedade mais inclusiva (MEC, 2011).

Corroborando com o que já foi exposto, é pertinente afirmar que a inclusão de alunos com deficiência no sistema educacional brasileiro requer uma abordagem que envolva as instituições de ensino e as famílias desses alunos. Nesse contexto, o Ministério da Educação do Brasil implementou o Programa de Apoio aos Pais ou Responsáveis de Pessoas com Deficiência em 2012 (MEC, 2012), que se destina a fortalecer o papel das famílias no processo educacional de seus filhos. Este programa tem como objetivo proporcionar apoio adequado às famílias, equipando-as com conhecimentos e ferramentas necessárias para que possam atuar de forma ativa e informada na educação de seus filhos com deficiência.

O envolvimento das famílias é indispensável no processo, pois elas corroboram no desenvolvimento educacional e social de seus filhos, visando informar e empoderar os pais e responsáveis, oferecendo-lhes formação sobre os direitos de seus filhos, as práticas pedagógicas inclusivas e as adaptações necessárias para atender às necessidades educacionais especiais. Igualmente, busca-se criar uma rede de suporte, fomentando a troca de experiências e o compartilhamento de desafios e soluções entre as famílias, facilitando assim a superação de barreiras que possam impedir o pleno desenvolvimento dos alunos (MEC, 2012).

A adaptação do currículo para atender às necessidades educacionais especiais de alunos no contexto de um sistema educacional inclusivo é uma prioridade delineada nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica em 2001 (CNE/CEB, 2001). Estas diretrizes representam um marco na política educacional brasileira, orientando as práticas curriculares e pedagógicas a fim de assegurar que todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, mentais, sensoriais ou emocionais, possam acessar um currículo equitativo e de qualidade.

O foco dessas diretrizes é promover a flexibilização e a adaptação do currículo regular, de modo que ele possa responder às diversas necessidades de aprendizagem encontradas nas salas de aula inclusivas. Isso implica em um esforço contínuo para desenvolver estratégias de ensino diferenciadas e recursos didáticos adaptados que possam facilitar a aprendizagem de estudantes com necessidades especiais, integrando-os de maneira plena ao processo educacional (CNE/CEB, 2001).

Também, as diretrizes enfatizam a importância da formação contínua de professores e outros profissionais da educação, capacitando-os para implementar essas adaptações curriculares e para utilizar metodologias inclusivas, assim, visando melhorar as competências dos educadores e sensibilizá-los para as nuances da educação especial dentro de um sistema inclusivo.

Ao final, o Quadro também apresentou a questão do financiamento de políticas de educação inclusiva no Brasil, no qual é sustentado por diversas fontes, incluindo fundos federais, estaduais e municipais, que são básicos para a manutenção e desenvolvimento de práticas inclusivas nas escolas de todo o país. Um elemento central nesse esquema de financiamento é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), que foi reestabelecido e ampliado pela Emenda Constitucional nº 108 de 2020 (BRASIL, 2020). Este fundo atua com fito de garantir uma distribuição equitativa de recursos que assegurem uma educação de qualidade a todos os alunos, incluindo aqueles com necessidades especiais.

O FUNDEB atua como mecanismo redistributivo que busca aprimorar as condições financeiras das redes de ensino mais carentes, equalizando as oportunidades educacionais em um território nacional marcado por disparidades socioeconômicas. Através deste fundo, recursos são alocados para o desenvolvimento de programas, a compra de equipamentos, a realização de adaptações estruturais necessárias para a acessibilidade, além do treinamento de professores e profissionais da educação para atender adequadamente a diversidade dos alunos (BRASIL, 2020).

Assim, a inclusão efetiva no contexto educacional depende da disponibilidade de recursos que permitam a implementação de um ambiente educativo que acolha todas as diferenças. Deste modo, o FUNDEB corrobora ao fornecer os meios financeiros que possibilitam desde a adequação física das escolas para garantir a acessibilidade, até a adaptação de materiais didáticos e metodologias de ensino que atendam às especificidades de alunos com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2020).

3.2 ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

No contexto desta pesquisa, não foi possível abordar especificamente a atuação do assistente social em relação à Síndrome de Down devido à limitação de informações disponíveis que focassem exclusivamente neste aspecto. Contudo, reconhecendo a importância dessa especialização, a investigação foi direcionada para explorar mais amplamente a contribuição do assistente social dentro do campo da educação inclusiva, permitindo uma análise sobre como esses profissionais atuam em facilitar o acesso e a integração de alunos com necessidades especiais nos ambientes educacionais.

No que se refere a contextualização da temática, a escola é um espaço social de educação e desenvolvimento humano, que permite a troca de vivências e experiências entre os indivíduos. A gestão escolar é composta por uma equipe de profissionais, caracterizados por compartilhar conhecimentos e técnicas para um melhor funcionamento de qualidade na entidade escolar.

A gestão dessa equipe multidisciplinar é feita para que esses profissionais atuem juntamente com os educadores. Assim, torna-se possível a criação de metas e ações que impulsionem a qualidade de ensino e aprendizagem dos educandos. A escola é frequentemente reconhecida como um espaço social, no qual se refletem as diversas realidades sociais dos alunos (CHARLOT, 2016).

Essa percepção ressalta a importância da presença de profissionais de Serviço Social em conjunto com equipes multidisciplinares no ambiente educacional. A integração desses profissionais é necessária para complementar o processo de atuação dentro das instituições de ensino. Utilizando seus conhecimentos teórico-metodológicos e técnico-operativos, esses profissionais atuam em uma variedade de contextos problemáticos que afetam diretamente o desempenho e o bem-estar dos alunos, tais como o trabalho infantil, a fome, a violência doméstica, a evasão escolar e o desemprego dos pais, entre outros (DENTZ; SILVA, 2015).

O papel do assistente social dentro das escolas estende-se além da análise das demandas apresentadas no ambiente escolar; ele também considera todos os fatores que influenciam a realidade dos estudantes, haja vista que esse profissional trabalha em estreita colaboração com as famílias e com o corpo docente e administrativo das escolas, promovendo um diálogo constante que ajuda a compreender melhor o contexto social de cada aluno. Através desse entendimento, o assistente social é capaz de identificar e intervir em situações que requerem atenção especial, visando sempre a promoção de um ambiente escolar mais

acolhedor e propício ao desenvolvimento acadêmico e pessoal dos alunos. Nas palavras de Sousa (2008, p. 95):

O leque de atuação do exercício profissional é extenso, assim como, as possibilidades de articulação com outras áreas do campo do saber. O campo da política da educação, por exemplo, representa uma atuação mais ampla do serviço social – Secretaria de Educação, Conselho de Educação, Escola nos diferentes ciclos/níveis de formação, na elaboração, gestão, coordenação de programas e projetos, realização de pesquisas, diagnóstico sociais, pareceres e outras ações.

Diante dessa perspectiva, a atuação do assistente social nas escolas é necessária para a melhoria das condições dos alunos, uma vez que esta prática se alinha com os direitos garantidos pela educação pública. A escola, como instituição, atua no desenvolvimento dos valores sociais dos indivíduos, preparando-os para a convivência e participação ativa na sociedade. Nesse contexto, torna-se relevante a implementação de trabalhos com grupos de famílias dentro do ambiente escolar, o que contribui para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, facilitando o engajamento das famílias nos objetivos educacionais, reforçando a parceria entre casa e escola e promovendo um ambiente educacional mais coeso e integrado (AMARO, 2017).

Ainda na visão de Amaro (2017), o Serviço Social concentra-se na interação com as políticas públicas, as quais são elaboradas com base nas necessidades sociais da população, buscando incessantemente a defesa dos direitos básicos dos indivíduos. Nesse panorama, destaca-se a importância do assistente social no processo de inclusão de crianças com deficiência no ensino básico, assegurando os seus direitos e enriquecendo o processo educativo, promovendo uma educação inclusiva que beneficia toda a comunidade escolar.

Essencialmente, o Serviço Social atua para que todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, mentais ou sociais, recebam uma educação que respeite e promova seus direitos. Por meio dessa atuação, contribui-se para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária, onde o acesso à educação de qualidade é visto como um componente imprescindível para o desenvolvimento individual e coletivo. Corroborando com o exposto, Maciel (2018, p. 6) complementa ao afirmar que:

A profissão de serviço social se encontra presente na intervenção das políticas públicas para as pessoas com deficiência, trazendo em destaque a

política de assistência social, saúde do idoso e deficiente. A intervenção dos assistentes sociais frente à avaliação da pessoa com deficiência apresenta um ganho na execução de seu trabalho, identificado pelo modelo biopsicossocial (considerado um parâmetro de avaliação das pessoas com deficiência) e com o enfoque a análise ampla de fatores biológicos, psicológicos e sociais, é importante referenciar o contexto familiar, cultural e socioeconômico em sua intervenção.

As resoluções do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) corroboram neste contexto na orientação da prática profissional dos assistentes sociais, incluindo sua atuação nos campos da educação e da educação inclusiva. Estas resoluções estabelecem diretrizes éticas e técnicas que devem ser observadas pelos profissionais durante o exercício de suas funções, assegurando uma prática que respeite os direitos humanos e promova a inclusão social.

A Resolução CFESS nº 569/2010, que dispõe sobre a atuação de assistentes sociais na Política de Educação, é um exemplo específico que pauta a intervenção profissional na área, haja vista que reconhece a educação como um direito de todos e um dever do Estado, e destaca a importância de políticas públicas que promovam a inclusão efetiva de todos os sujeitos, em especial aqueles que historicamente têm sido excluídos do sistema educacional formal (CFESS, 2010).

Dentre as atribuições destacadas pela resolução, está a participação do assistente social no desenvolvimento de projetos pedagógicos que promovam a inclusão. Isso inclui a elaboração e a implementação de estratégias que assegurem o acesso e a permanência de alunos com deficiências, garantindo que esses alunos recebam o apoio necessário para uma aprendizagem efetiva. Além disso, o assistente social deve atuar na articulação entre a escola, a família e a comunidade, criando uma rede de suporte que favoreça o desenvolvimento integral do estudante (CFESS, 2010).

O trabalho do assistente social na educação inclusiva também envolve a defesa dos direitos sociais, a luta contra a segregação e a discriminação na escola, e a promoção de uma cultura de respeito à diversidade. Isso é realizado por meio de ações de conscientização e formação para educadores, estudantes e comunidade, visando desconstruir preconceitos e fortalecer práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem as diferenças.

Tomando a educação como política pública e direito social, vale destacar as lutas sociais pela garantia da educação, através das lutas sociais tensionadas pela

classe trabalhadora, que buscava melhores condições de vida e a garantia da educação como um direito fundamental. De acordo com Maciel (2018), os assistente sociais adentraram o campo da educação desde a década de 1990, através da constituição da profissão, juntamente com o amadurecimento do projeto ético político.

Vale destacar também que frente a gradativa ascensão no campo da educação, o conjunto CFESS-CRESS inicia a intensificação do debate, onde nos encontros nacionais o debate da atuação do assistente social no campo da educação ganharam destaque, iniciando a construção de Comissões Temáticas de Educação nos CRESS, e em encontros da categoria, tendo por objetivo contribuir para a discussão e formular debates frente o papel social da escola, a educação como direito social, e as contribuições do Serviço Social para a garantia do direito a educação e a escola como campo de atuação do assistente social. (MACIEL, 2018, p.11)

Dessa forma, o exercício profissional deve ser pautado na identificação da educação como uma política pública e um direito social, compreendendo a importância do acesso, permanência, de todo e qualquer estudante, trazendo também a importância da efetivação e do acesso as políticas públicas.

Tendo por objetivo, a preocupação ao acesso do usuário a política de educação, onde podemos identificar a articulação do serviço social com o usuário, por meio de visitas domiciliares, estudos socioeconômicos, articulação entre conselho tutelar e ministério público, com o setor público frente à disponibilização as políticas, sendo o movimento de viabilização da política pública ao usuário, garantindo também a permanência e qualidade dos serviços prestados no âmbito da educação, trazendo a intervenção de escuta e fala qualificada do assistente social.(MACIEL, 2018, p.12)

A atuação deve ser dimensionada pela perspectiva de identificação da sociabilidade dos estudantes, considerando meios de viabilização das políticas públicas, considerando as limitações do usuário frente a permanência no âmbito da educação

Vale também ser ressaltado o desenvolvimento de planos de intervenção como uma importante atividade no trabalho dos assistentes sociais. Esses planos são elaborados com o objetivo de apoiar as necessidades educacionais e sociais dos alunos, especialmente aqueles com necessidades especiais, garantindo que recebam uma educação adequada e personalizada conforme suas condições e possibilidades (FRAGA, 2010).

O processo de desenvolvimento desses planos inicia-se com uma avaliação das necessidades individuais do aluno, que é conduzida através de observações

diretas, entrevistas com os pais e outros cuidadores, bem como consultas com profissionais da educação que interagem regularmente com o estudante. A partir desses dados, os assistentes sociais podem identificar as barreiras específicas que impedem o aluno de acessar plenamente o currículo e participar de atividades escolares de maneira efetiva.

Com base na avaliação das necessidades, os planos de intervenção são estruturados para abordar as questões acadêmicas e sociais que afetam o aluno. No âmbito acadêmico, o plano pode incluir adaptações curriculares, uso de tecnologias assistivas e estratégias específicas de ensino, que são importantes para facilitar o processo de aprendizagem. No aspecto social, o plano pode envolver atividades que promovam a integração do aluno no ambiente escolar, além de suporte para o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais.

Outrossim, os assistentes sociais corroboram na coordenação da implementação dos planos de intervenção, garantindo que todos os envolvidos, incluindo os professores e a equipe pedagógica, estejam cientes de suas responsabilidades e compreendam as estratégias e métodos a serem aplicados.

Para Amaro (2017), o suporte à família no contexto educacional também é realizado pelo assistente social, visando fortalecer o papel dos pais e responsáveis na trajetória escolar dos alunos. Este suporte se materializa através da oferta de orientações e informações que auxiliam as famílias a entender melhor os direitos educacionais de seus filhos e como eles podem ser assegurados dentro do sistema escolar. Ao fornecer esse auxílio, as instituições educacionais contribuem para que os pais estejam mais capacitados para intervir de maneira efetiva na vida acadêmica de seus filhos, promovendo uma parceria entre a escola e a família que é fundamental para o desenvolvimento e o sucesso do estudante.

Além disso, a advocacia e defesa de direitos é uma área de atuação que se entrelaça com o suporte à família, pois, educadores e profissionais dedicados a esta causa atuam ativamente na promoção de um ambiente escolar inclusivo e justo, onde todos os estudantes, independentemente de suas particularidades individuais, possam prosperar (IAMAMOTO, 2017).

Esta abordagem inclui a luta pela eliminação de barreiras físicas e psicológicas que impedem o pleno acesso à educação, bem como envolve a conscientização e o combate a práticas discriminatórias que podem ocorrer dentro das instituições de ensino. O papel dos defensores dos direitos dos estudantes é

necessário para garantir que a escola seja um espaço seguro e acolhedor para todos, e para assegurar que as políticas educacionais sejam implementadas de maneira a refletir os valores de igualdade e respeito à diversidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme explorado ao longo deste trabalho, a educação inclusiva de crianças com Síndrome de Down é um grande desafio no sistema educacional brasileiro, mas ao mesmo tempo uma oportunidade singular para reafirmar os princípios de equidade e justiça social no âmbito educacional. A inclusão, diferentemente da integração, requer uma adaptação do ambiente escolar para atender às necessidades específicas desses alunos, o que inclui desde a estrutura física até os métodos de ensino e a capacitação de profissionais.

Os conceitos e princípios de educação inclusiva, abordados neste estudo, reforçam a necessidade de um sistema educacional que acomode e celebre as diferenças, proporcionando um caminho viável para o desenvolvimento pleno das capacidades de cada criança com Síndrome de Down. As estratégias de ensino específicas para esses alunos, como o uso de recursos visuais aumentados e a adaptação de conteúdos, são indispensáveis para facilitar o processo de aprendizagem e garantir sua efetividade.

Outrossim, o papel do serviço social dentro desse contexto é de grande relevância, haja vista que o assistente social, atuante na esfera educacional, contribui ao mediar as interações entre a escola, a família e a comunidade, garantindo que as políticas de educação inclusiva sejam implementadas e que os direitos dos alunos com Síndrome de Down sejam sempre respeitados e promovidos. A análise das políticas de educação inclusiva no Brasil destaca grandes avanços e desafios persistentes que demandam uma vigilância constante e uma atuação proativa por parte desses profissionais.

Logo, conclui-se que a interface entre educação e serviço social é basal para o avanço da inclusão efetiva de crianças com Síndrome de Down. É imprescindível que continuemos a buscar melhorias nas estratégias pedagógicas e nas políticas públicas, visando a inclusão e a plena participação desses indivíduos na sociedade. A promoção de um ambiente educacional inclusivo e acolhedor é um espelho do compromisso com um futuro mais justo e igualitário para todos, o qual reconhece e valoriza as diferenças como elementos enriquecedores do tecido social.

Ao abordar a nuance da educação inclusiva de crianças com Síndrome de Down, este estudo enfrentou limitações inerentes que são importantes de serem destacadas para compreensão do escopo e das conclusões apresentadas. Uma das principais restrições encontradas foi a variedade de contextos educacionais que não pôde ser completamente explorada devido à limitação de dados disponíveis

especificamente focados na Síndrome de Down dentro do ambiente escolar brasileiro. Além disso, a generalização dos resultados para diferentes regiões geográficas pode não ser totalmente aplicável, considerando as discrepâncias regionais nas políticas educacionais e na implementação de práticas inclusivas.

Outra limitação diz respeito à profundidade da análise das interações entre os profissionais de educação e assistentes sociais nas escolas, que poderia beneficiar-se de uma abordagem mais ampla, incluindo estudos de caso e entrevistas com os envolvidos diretamente na inclusão de crianças com Síndrome de Down, assim, possibilitando uma melhor compreensão dos desafios práticos enfrentados e das soluções inovadoras adotadas no terreno.

Para trabalhos futuros, sugere-se a realização de pesquisas longitudinais que possam acompanhar o progresso de crianças com Síndrome de Down ao longo de diferentes estágios do sistema educacional. Tal abordagem proporcionaria informações sobre a eficácia das estratégias de ensino ao longo do tempo e a durabilidade de políticas inclusivas. De igual proveito, é importante expandir a pesquisa para incluir uma diversidade de contextos educacionais, explorando como diferentes culturas escolares e políticas públicas impactam a inclusão efetiva.

REFERÊNCIAS

AMARO, Sarita. **Serviço Social em escolas: fundamentos, processos e desafios**. Editora Vozes Limitada, 2017.

ANTUNES, Katiúscia Vargas. Exclusão e inclusão: dois lados na mesma moeda. **Faces de Clio**, v. 2, n. 3, p. 54-78, 2016.

ANUNCIAÇÃO, Livia Maria Ribeiro Leme; COSTA, Maria Piedade Resende da; DENARI, Fátima Elisabeth. Educação infantil e práticas pedagógicas para o aluno com Síndrome de Down: O enfoque no desenvolvimento motor. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 21, p. 229-244, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

BARBY, Ana Aparecida de Oliveira Machado; GUIMARÃES, Sandra Regina Kirchner. Desenvolvimento de habilidades metafonológicas e aprendizagem da leitura e da escrita em alunos com Síndrome de Down. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 22, p. 381-398, 2016.

BEYER, H. O. **A Educação Inclusiva: ressignificando conceitos e práticas da educação especial**. Revista Educação Especial. Brasília: 2006.

BOGDASHINA, Olga. **Sensory perceptual issues in autism and asperger syndrome: different sensory experiences-different perceptual worlds**. Jessica Kingsley Publishers, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020**. Altera a Constituição Federal para reestabelecer o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 27 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 07 de julho de 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 30 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa BPC na Escola.** Brasília, DF: MEC, [s.d.].

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade.** Brasília, DF: MEC, [s.d.].

BRASIL. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular.** Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

BRASIL. **Projeto de Lei do Senado nº 640, de 6 de novembro de 2007.** Institui a data de 10 de dezembro como o Dia da Inclusão Social. Brasília, 2007. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/83057>. Acesso em: 28 out. 2023.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001.** Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 set. 2001.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016.** Brasília, 24 maio 2016. Disponível em: <http://www.conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012.** Brasília, 12 dez. 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 9 set. 2023

BREITENBACH, Fabiane Vanessa; HONNEF, Cláucia; COSTAS, Fabiane Adela Tonetto. Educação inclusiva: as implicações das traduções e das interpretações da Declaração de Salamanca no Brasil. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 24, p. 359-379, 2016.

CFP. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicólogos(os) e assistentes sociais na rede pública de educação básica:** orientações para regulamentação da Lei nº 13.935, de 2019. 1. ed. Brasília: CFP, 2021. 50 p.

CHARLOT, Bernard. **A mistificação pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação.** Cortez Editora, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução CFESS nº 569, de 25 de março de 2010.** Dispõe sobre a atuação de assistentes sociais na Política de Educação. Disponível em:

http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_CFESS_n569.pdf. Acesso em: 15 abr. 2024.

DENTZ, Marta von; SILVA, Roberto Rafael Dias da. Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social: elementos para uma revisão crítica. **Serviço Social & Sociedade**, p. 07-31, 2015.

DIÁRIO DO SERTÃO. **Centro Educacional Especial Geny Ferreira realiza XXIV Semana da Pessoa com Deficiência em Sousa**. Disponível em: <https://www.diariodosertao.com.br/noticias/educacao/271819/centro-educacional-especial-geny-ferreira-realiza-xxiv-semana-da-pessoa-com-deficiencia-em-sousa.html>. Acesso em: 30 out. 2023.

DIÓGENES, H. et al. O serviço social na área da educação inclusiva. **Revista Educação em Foco**, v.1, n. 12, p.1-10, 2020.

FARIA, Keyla Rosa; GOMES, Suely Henrique Aquino. Tecnologia social e inclusão: a tradição oral no acesso à informação por pessoas com Síndrome de Down. **Revista EDICIC**, v. 2, n. 4, 2022.

FERRARI, M. A. L. D.; SEKKEL, M. C. CARNEIRO, Relma Urel Carbone. Educação inclusiva na educação infantil. **Práxis Educacional, Artigos - Psicologia da Educação - FCLAR**, v. 8, n. 12, p. 81-95, 2012.

FERREIRA, W. B. **Educação Inclusiva: será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos?** Revista da Educação Especial, 2005.

FIGUEIRA, Emílio. **As Pessoas Com Deficiência na História do Brasil: Uma trajetória de silêncio e gritos!**. Wak, 2021.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRAGA, Cristina Kologeski. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, p. 40-64, 2010.

FRANCA, A. O. D. G. R. E. **Preconceito dos professores impede inclusão de aluno com Down, diz USP**. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2014/08/preconceito-dos-professores-impede-inclusao-de-aluno-com-down-diz-usp.html>. Acesso em: 12 ago. 2023.

FRANÇA, Giovana Silva; MARTINS, Fernando Batistuzo Gurgel. Pessoas com deficiência: Definição, tipos, e trajetória histórica. **ETIC-Encontro de Iniciação Científica-ISSN 21-76-8498**, v. 15, n. 15, 2019.

FRELLER, C. C. FERRARI, M. Á. DE L. E D. SEKKEL, F. M. C. **Educação inclusiva: percursos na educação infantil**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

GONÇALVES, Rodrigo Feitosa et al. Ferramentas assistivas no ensino e aprendizagem de pessoas com síndrome de down: Um mapeamento sistemático. In: **Anais do XXXI Simpósio Brasileiro de Informática na Educação**. SBC, 2020. p. 652-661.

IAMAMOTO, Marilda Villela. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Serviço Social & Sociedade**, p. 13-38, 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis, metodologia jurídica**. 6.ed. São Paulo: Atlas, p. 314-314, 2015.

LARA, Sara Veloso; COSTA, Maria da Piedade Resende. Investigando o entorno pessoal de aprendizagem de inglês de alunos com Síndrome de Down: uma análise preliminar. **Educação**, p. e40/1-30, 2023.

LIMA, D. R. **Serviço Social na Educação: desafios e possibilidades da inserção profissional na política de educação**. Trabalho de Conclusão de Curso - Instituto de Ensino Superior Franciscano – IESF, 2017.

LIMA, P. A. **Educação Inclusiva e Igualdade Social**. São Paulo: Avercamp, 2006.

MACIEL, L. H. A atuação profissional do assistente social no campo da educação inclusiva. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. 1, n. 1, 2018.

MADRUGA, Sidney. **Pessoas com deficiência e direitos humanos**. Saraiva Educação SA, 2021.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?**. Summus Editorial, 2015.

MELO, Ângela Fernandes. A inclusão do aluno com síndrome de down na educação básica. **e-Mosaicos**, v. 4, n. 8, p. 40-49, 2015.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Sobre alunos “incluídos” ou “da inclusão”: reflexões sobre o conceito de inclusão escolar. **Educação especial inclusiva: conceituações, medicalização e políticas**, p. 60-83, 2017.

MORANDIN, Mileny et al. Diferentes síndromes genéticas encontradas na região de Jales. **Revista Científica do Centro Universitário de Jales**, v.11, n.1, p. 150, 2020.

MORI, Nerli Nonato Ribeiro; SANDER, Ricardo Ernani. História da educação dos surdos no Brasil. **Seminário de Pesquisa do PPE, Universidade Estadual de Maringá**, v. 2, 2015.

NETO, A. DE O. S. et al. Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**, p. 81–92, 11 mar. 2018.

NETO, Antenor de Oliveira Silva et al. Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 60, p. 81-92, 2018.

NETO, João Augusto Máttar. **Metodologia científica na era da informática**. Saraiva Educação SA, 2017.

PALMA, Debora Teresa; CARNEIRO, Relma Carbone. Atendimento educacional especializado em escolas do campo: desafios e perspectivas. **Educação especial no campo. Uberlândia: Navegando Publicações**, p. 15-50, 2017.

PRAZERES, Leila Cristina Diniz; RIBEIRO, Maria Amália Silva; SANTOS, Neuziane Sousa dos. **A atuação do Assistente Social na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais -(APAE)**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://iesfma.com.br/wp-content/uploads/2017/10/S%C3%8DNDROME-DE-DOWN-A-atua%C3%A7%C3%A3o-do-Assistente-Social-na-Associa%C3%A7%C3%A3o-de-Pais-e-Amigos-dos-Excepcionais-APAE.pdf>>. Acesso em: 30 out 2023.

RODRIGUES, Alex Damasceno et al. O picadeiro, a Educação Física e a inclusão: estratégias pedagógicas para ensino das atividades circenses para crianças com síndrome de down, TEA e TDAH/hiperatividade. **Motrivivência**, v. 35, n. 66, 2023.

RODRIGUES, Irene Elias. **Educação inclusiva**. Paco Editorial, 2016.

RODRIGUES, Viviane et al. Análise do repertório de habilidades sociais de pessoas com síndrome de Down. **Revista Educação Especial**, v. 32, p. 1-22, 2019.

SANTOS, J. da C.; MENEZES, L. M. de A.; ROSA, M. C. M. **A criança com síndrome de Down na escola**: aspectos da interação social. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso - Faculdade São Luiz de França, 2016.

SEKKEL, Marie Claire; CASCO, Ricardo. Ambientes inclusivos para educação infantil: considerações sobre o exercício docente. **Educação inclusiva: percursos na educação infantil**, 2008.

SERRA, Maysa Venturoso Gongora Buckeridge et al. Gameterapia na coordenação motora e integração viso-motora em pessoas com Síndrome de Down. **Saúde e Pesquisa**, v. 10, n. 2, p. 309-316, 2017.

SILVA, Ana Cláudia Marinho et al. Desenvolvimento e aplicação de um jogo manual e virtual para educação alimentar de crianças com síndrome de down. **REVISTA SAÚDE & CIÊNCIA**, v. 9, n. 3, p. 55-64, 2020.

SILVA, R. N. A. A educação especial de crianças com síndrome de Down. In: **BELLO, J. L. de P. Pedagogia em foco**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/spdslx07.htm>. Acesso em: 06 set. 2023.

SILVA, Rafael Soares; SOUSA, Marciana Vieira; SILVA, Izabel Rodrigues. Inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down na educação infantil. **Revista Amor Mundi**, v. 1, n. 3, p. 35-46, 2020.

SOUZA, A. C.; GARCIA, R.; COELHO, M. F. M. et al. Educação inclusiva: entre o ideal e a realidade. **Revista Científica do Centro Universitário de Jales (Unijales)**, v. 5, p. 77-90, 2012.

SOUZA, I. L. **Serviço Social na educação: saberes e competências necessárias no fazer profissional**. 2008. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Natal.

TABAKA, Neusa Eliana Wollmann et al. Estratégias matemáticas de estudantes com síndrome de Down diante de situações do Campo Conceitual Aditivo. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 15, p. e4437018-e4437018, 2021.

TONETTO, Leandro Miletto; BRUST-RENCK, PriscilaGoergen; STEIN, LilianMilnitsky. Perspectivas metodológicas na pesquisa sobre o comportamento do consumido. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 34, p. 180-195, 2014.

VERÍSSIMO, T. C. R. A. **Diagnóstico e classificação da síndrome de Down**. São Luís: UNA-SUS; Universidade Federal do Maranhão, 2021.

ZEIFERT, Anna Paula Bagetti; CENCI, Daniel Rubens; MANCHINI, Alex. A justiça social e a agenda 2030: políticas de desenvolvimento para a construção de sociedades justas e inclusivas. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas**, v. 8, n. 2, p. 30-52, 2020.